

Av. Senador Attilio Fontana, 591E Fone/Fax (49) 321-8000 Cx. Postal 747 CEP: 89809-000 - Chapecó (SC)

Reitor: Gilberto Luiz Agnolin
Vice-Reitor de Administração: Gerson Roberto Röwer
Vice-Reitora de Pesquisa,
Extensão e Pós-Graduação: Maria Assunta Busato
Vice-Reitor de Graduação: Odilon Luiz Poli



Conselho Editorial

Ricardo Rezer (Presidente); Josiane Roza de Oliveira; Alexandre Maurício Matiello; Antonio Zanin; Arlene Renk; Eliane Marta Fistarol; Flavio Roberto Mello Garcia; Valdir Frigo Denardin; José Luiz Zambiasi; Juçara Nair Wollf; Maria dos Anjos Lopes Viella; Maria Luiza de Souza Lajus



Coordenadora: Mariângela Torrescasana Assistente Editorial: Alexsandro Stumpf Revisão: Arisangela Denti

Projeto Gráfico: Hilario Junior dos Santos

Capa: Ronise Biezus Diagramação: Silvia Mara Bertan

Cadernos de Economia

Ano 8, n. 15, jul./dez. 2004



UMA CRÍTICA AO CONCEITO DE DEPENDÊNCIA A PARTIR DO CONCEITO DE ECONOMIA-MUNDO

Pedro Antonio Viera

^{*} Professor da graduação e do mestrado (Área de Transformações do Capitalismo Contemporâneo) em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Economia pela Universidade Nacional Autônoma do México.

^{*} E-mail: pavieira@cse.ufsc.br

Resumo

8

Com o objetivo de verificar a solidez do conceito de dependência, o presente texto utiliza o conceito de economia-mundo (Wallerstein) para fazer uma leitura crítica do ensaio "A dialética da dependência", de Ruy Mauro Marini. Neste consagrado ensaio, Marini assenta as bases para uma interpretação marxista da dependência. Como deverá ficar evidente ao longo do texto, o conceito de dependência só faz sentido se a unidade de análise for a economia nacional. Se a unidade de análise for a economia-mundo, então a depen-dência não seria uma situação particular de qualquer de suas partes (as "economias nacionais") as quais são, por definição, integrantes da divisão mundial do trabalho. Neste caso, a nocão de hierarquia deveria substituir o conceito de dependência.

Abstract

Intending to verify how consistent is the concept of dependence, this paper adopts a theoretical framework in terms of world-economy (Wallerstein) in order to develop a critical reading of the well-known Ruy Mauro Marini's essay "Dialectics of Dependence", in which the author tries to set up the basis for a Marxist interpretation of the dependence. By using the concept of world-economy we try to demonstrate that dependence can only be conceived if the "national economy" is chosen as the unity of analysis. When worldeconomy is taken as unity of analysis, than dependence cannot be considered as a particular condition of any of its parts (the "national economies"), which become, by definition, integral parts of a worldwide division of labor. In this case, the idea of dependence should be replaced by the notion of hierarchy.

Introdução

Os estudos sobre a dependência surgiram no seio dos debates sobre a viabilidade do desenvolvimento econômico latinoamericano quando, no final dos anos 60 do século passado, passaram a ser questionados tanto os conceitos quanto as propostas desenvolvimentistas que a CEPAL¹ vinha formulando desde o fim dos anos 1940. Tendo à frente o economista argentino Raúl Prebish e contando com uma equipe de jovens e talentosos economistas, entre os quais o nosso Celso Furtado, a CEPAL publicou em 1949 o Estudo Econômico da América Latina que, rompendo com a teoria econômica dominante, questionava a tese de que o mercado poderia promover o desenvolvimento econômico da região. Esta inovadora perspectiva considerava uma economia mundial que se estruturava sobre uma divisão internacional do trabalho em que certas economias, chamadas centrais, dedicavam-se à produção de bens industriais enquanto outras, consideradas periféricas, especializavam-se na produção de bens primários. Por sua própria natureza, as atividades primárias são incapazes de induzir o desenvolvimento econômico, o qual só poderia ser dinamizado pela produção industrial, que é inerentemente provocadora da inovação tecnológica, as periferias jamais se desenvolveriam, a menos que se industrializassem.

Como decorrência deste diagnóstico, a industrialização surge como solução para a pobreza na América Latina e também para a constituição da nação já que, ao possibilitar o comando sobre o processo de desenvolvimento econômico, a indústria também contribuiria para internalizar em cada Estado-nação as decisões sobre os destinos dos respectivos povos. Para dar conseqüência prática às suas idéias, a CEPAL buscou influenciar as decisões governamentais, encontrando grande receptividade, uma vez que, desde pelo menos 1930, já havia grupos sociais interessados na industrialização.²

Na década de 60 já era possível constatar que a expansão da produção industrial ocorrida em diferentes graus desde a década de 1930 em toda a América Latina, não havia eliminado a pobreza, nem internalizado o comando sobre o processo de crescimento econômico e muito menos constituído a nação. Por que as expectativas não se confirmaram? Por que a história tomou outro rumo? Do ponto de vista teórico a resposta veio com as "Teorias da Dependência", as quais "nasceram, assim, para enfrentar a questão da não-industrialização-nacional" (MELLO, 1990, p.23).

O eixo central destas novas formulações será o estudo das "particularidades do capitalismo periférico ou dependente" (Osório, 1994, p.163) ao mesmo tempo que para elas, em vez de ser considerada um fenômeno externo, "a dependência começará a girar para o interior das economias latino-americanas, convertendose em um fator constitutivo das estruturas regionais." (p, 163).

Cardoso e Faletto (1970) estão entre os criadores desta corrente do pensamento, que teve também uma vertente marxista, na qual se destacam, entre outros, os brasileiros Theotonio dos Santos e Rui Mauro Marini³. Não obstante estas diferentes contribuições, como assinala Ouriques (1994) "foi nos textos de Marini que ganhará força e possibilidades teóricas reais o esforço para superar o desenvolvimentismo no sentido de oferecer bases para a teoria marxista da dependência" (p. 195). Os resultados deste esforço foram sistematizados no ensaio "Dialética da Dependência", redigido inicialmente no Chile em 1972 e publicado no México em 1973 (BARREDA MARÍN, 1994).

Desde então, como não podia deixar de ser, as teses de Marini foram muito debatidas⁴, mas a própria noção de dependência não chegou a ser impugnada, embora na conclusão de seu livro Cardoso e Faletto (1970) já tivessem sugerido que ela talvez devesse ser substituída pela noção de interdependência.

Nossa intenção, neste artigo, é questionar as bases da noção de dependência, através do conceito de economia-mundo, desenvolvido por Immanuel Wallerstein nos três volumes de O Moderno Sistema Mundial, publicado em 1974. Pretendemos mostrar que a consistência lógica da dependência parece desfazer-se quando, em lugar de economias ou estados nacionais, toma-se como unidade de análise a economia-mundo capitalista.

Além desta introdução, mostraremos, na segunda seção, que a proposição marxiana da dependência tem como unidade de análise as economias nacionais, embora se faça referência a um sistema capitalista mundial. Na terceira seção apresentaremos o conceito de economia-mundo, que foi considerada por Wallersteein a única unidade de análise válida para estudar a mudança social. A quarta seção mostra como os dois autores abordam o conceito de troca desigual, um conceito fundamental para ambos. A análise deste conceito nos permitirá também evidenciar diferenças profundas nas duas abordagens, destacandose a relação entre o capitalismo e o estado-nação. Segue-se a tradicional conclusão.

A perspectiva nacional da "Dialética da Dependência"

Ao escrever seu ensaio, Marini (1986) tinha uma meta bem definida: superar as interpretações marxistas da dependência latinoamericana, que teriam caído em dois tipos de desvio: "a substituição do fato concreto pelo conceito abstrato ou a adulteração do conceito em nome de uma realidade rebelde a aceitá-lo em sua formulação pura" (p. 13)⁵. Como procuraremos mostrar neste texto, o próprio Marini não pôde evitar estas dificuldades, que parecem decorrer não do modo como se aborda a economia latinoamericana, mas sim do pressuposto da existência de uma tal economia. Dito de outra maneira, de considerá-la como unidade de análise.

Deve ser enfatizado que Marini pretende com seu ensaio realizar ou contribuir para a realização da "tarefa fundamental da teoria marxista da dependência [que] consiste em determinar a *legalidade específica* pela qual se rege a economia dependente" (1986, p. 99).

O autor admite que os desvios acima mencionados devemse a que, em relação ao "modo de produção capitalista puro", a "economia latinoamericana apresenta peculiaridades, que algumas vezes são tidas como insuficiências e outras (...) como deformações" (p. 14), o que teria levado alguns estudiosos a considerar a economia latinoamericana como pré-capitalista. Mais do que isto, diz Marini, o "que se tem é um capitalismo sui generis, que só tem sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto a nível nacional, como e principalmente, a nível internacional" (1986, p.14).

Nesta última frase parece haver uma incoerência. Existe um capitalismo sui generis, quer dizer, um capitalismo único, mas que ao mesmo tempo é parte de um sistema, de um todo. Qual sistema? Seria o sistema capitalista mundial do qual o capitalismo latinoamericano seria uma parte? Neste caso não cabe a expressão sui generis, uma vez que um todo, quase sempre, é constituído de partes diferentes, desiguais. Esta possível incoerência se deve a que, embora tenha sido mencionado um (indefinido) sistema, a unidade de análise de Rui Mauro Marini não é o sistema capitalista mundial ou a economia mundial capitalista, e sim o capitalismo latinoamericano ou a economia capitalista num determinando espaço geográfico. Este capitalismo sui generis teria passado por diversas etapas, a saber: 1) economia exportadora; 2) um período intermediário (mas não definido) e 3) moderno capitalismo industrial.

Determinado a aplicar o método utilizado por Marx em "O Capital", Marini diz que "é o conhecimento da forma particular que acabou por adotar o capitalismo dependente latinoamericano o que ilumina o estudo de sua gestação [...]" (p.15).

Sabemos agora que o capitalismo latinoamericano é dependente e que este traço constitui uma forma particular de capitalismo, em contraste com outra forma de capitalismo não dependente.

Resumindo, a explicação marxista da dependência parte da constatação de uma economia capitalista latinoamericana dependente e que só pode ser entendida à luz do sistema em seu conjunto. Já assinalamos acima que não fica explicitado qual é este sistema.

Mas há ainda outras dúvidas. A expressão capitalismo dependente latinoamericano é uma generalização da situação

das várias economias nacionais, como se verá mais adiante quando Marini explicitar o que entende por dependência.

Sublinhemos que o ponto de partida é a economia nacional, enquanto Wallerstein estuda a economia-mundo capitalista.

Voltando ao texto, passemos à sua primeira seção, "A integração ao mercado mundial". Logo na primeira frase percebese a dificuldade do autor em encontrar uma linguagem precisa para designar seu objeto. Diz ele que tendo sido "forjada ao calor da expansão comercial promovida, no século XVI, pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capital internacional" (p.16). Aqui o que se desenvolve não é mais a economia latinoamericana, mas a América Latina, expressão que, como sabemos, designa uma região composta por países, sendo, digamos assim, uma denominação política. Embora possa ser considerado como um descuido, o uso alternado de expressões distintas (capitalismo latinoamericano, América Latina, economia latinoamericana) para referir-se ao objeto pesquisado, parece denotar uma certa dificuldade para determinar com precisão a unidade de análise.

Para explicitar a lógica interna do capitalismo dependente latinoamericano com o método de Marx, Marini retrocede até o século XVI, mas não se detém no período 1492-1830/40, ainda que mostre a importância que tiveram os metais preciosos e os produtos exóticos latino-americanos no "desenvolvimento do capital comercial e bancário da Europa, que prepararam o caminho à criação da grande indústria" (p. 17). Para Marini, somente com a Revolução Industrial, que corresponde ao processo de independência na América Latina, é que as relações entre ela e "os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o curso posterior da região" (grifos nossos, p. 18).

Eis porque dissemos que para nosso autor os 350 anos que constituem o período colonial não tiveram importância: neles ainda não havia sido definido um modo específico de inserção da América Latina no capitalismo. Marini supõe que até então não havia ainda se estruturado firmemente uma divisão do trabalho, o que nos

permite pensar que ambas as partes (América Latina e Europa) podiam prescindir das relações recíprocas. Tal suposição é uma conseqüência da adoção do método de Marx, para quem o modo especificamente capitalista inicia-se com o capitalismo industrial, com o qual instalar-se-ia firmemente uma divisão mundial do trabalho.⁶

Outro motivo para que o período colonial não seja relevante para a compreensão da dependência é que, para Marini, esta é um fenômeno que se dá entre nações: "[...] é a partir de então [da revolução industrial inglesa e da constituição de países na AL] que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes" (grifos nossos, 1986, p, 18).

A dependência não é, pois, uma relação entre unidades econômicas, e sim entre entidades políticas, as nações. A rigor, as nações não estabelecem relações econômicas e sim políticas. As transações econômicas e financeiras são realizadas por proprietários privados- capitalistas e trabalhadores- que estão localizados nos limites espaciais ou territoriais de uma nação ou de um país.

No moderno sistema mundial, formado por uma economiamundo que não obedece aos limites territoriais do sistema interestatal mundial, o poder de cada. Estado dependerá em grande medida da proporção da riqueza mundial que puder carrear para seus cofres e para "seus" capitalistas e também à medida que puder forçar estes capitalistas a se comprometerem com seus (do Estado) projetos políticos contra outros Estados. Nestes termos, a dependência política tem uma determinação econômica. Mas o inverso também é verdadeiro, pois a capacidade de um Estado para carrear para seus domínios a riqueza mundial está na razão direta da disponibilidade de força militar e política capaz de convencer outros Estados a criar condições favoráveis à acumulação de capital para "seus" capitalistas ⁷, e para atrair capitalistas estrangeiros para dentro do território nacional.

Portanto, é necessário entender a relação entre Estado-nação e o capitalismo. A este respeito, a posição de Braudel, Wallerstein,

Arrighi e outros autores, que adotam a perspectiva do sistemamundo, pode ser resumida na frase de Charles Tilly citada por Arrighi no início de seu "O Longo Século XX", livro em que o autro se propõe a estudar "os dois grandes processos interdependentes da era (moderna): a criação de um sistema de Estados nacionais e a formação de um sistema capitalista mundial" (TILLY, 1984, p. 147, apud ARRIGHI, 1996).

Ou seja, nem o capitalismo como sistema social histórico poderia ter se desenvolvido sem o Estado-nação nem este poderia ter se cosntituído na forma política dominante sem aquele. Esta peculiar relação entre o capitalismo como sistema histórico e o sistema de Estados nacionais é considerada por Wallerstein (1987) como uma espécie de mágica, uma vez que a acumulação de poder político (objetivo do Estado) muitas vezes colide com a acumulação incessante de capital (objetivo do capitalista). Portanto, a "condição para a acumulação incessante é aparentemente contraditória: um estado que, por um lado pode ajudar a quem acumula a apropriar-se do que pertence a outros mas que, por outro lado, não pode facilmente apropriar-se do que possui o acumulador". (WALLERSTEIN, 1987, p.16). A existência de múltiplos Estados permite que, ao serem ameaçados por um destes, os capitalistas recorram à proteção de outros: "uma vez estabelecido um sistema deste tipo, o capitalismo pode 'deslanchar'. E historicamente, foi exatamente isto o que aconteceu" (p.17). A recíproca també, é verdadeira, pois também os Estados-nação "não se desenvolvem e não podem ser compreendidos exceto no contexto do desenvolvimento do sistema mundial" (p.94).

È muito diferente a concepção adotada por Marini. Ainda qu faça referência à nação, o que ele busca é descobrir as leis que regem a economia dependente, o que poderia, ou melhor, deveria ser conseguido- como fez Marx em O Capital- sem recorrer a qualquer determinação não-econômica, como é o caso do Estado, comumente considerado um ente político cuja atuação no "sistema econômico" não é teoricamente necessária.

Neste caso, por que Marini diz que a dependência é um fenômeno que diz respeito às relações entre as nações? Poderia

sua pesquisa ser considerada como uma tentativa de entender quais sãos os fundamentos econômicos da posição subalterna das nações (ou Estados-nação?) latino-americanas? Parece-nos que ele não estabelece com clareza as diferenças entre economia e nação. Não percebe (ou se o faz não admite) o funcionamento de um só sistema econômico, neste caso a economia-mundo, que não conhece divisões territoriais e que convive com um sistema de múltiplos estados territorialmente delimitados. A existência destas unidades políticas autônomas levou-o a pensar que também existiriam economias nacionais cujos limites corresponderiam aos estados nacionais. Por isto, não parte claramente, como o faz Wallerstein, da precedência de uma economia-mundo capitalista que, tendo como epicentro a Europa, desde seu surgimento no século XVI, integrou em sua divisão do trabalho, a região que hoje se chama América Latina. Ao contrário, seu ponto de partida é a existência de uma América Latina -- entendida como uma formação sócio-econômica - que tem "relações internacionais" que desempenharam "um papel relevante na formação da economia capitalista mundial". (MARINI, 1986:19)8 Apesar disto, o autor sustenta que "somente no curso do século XIX e especificamente depois de 1840, sua articulação [da América Latina] com essa economia mundial se realiza plenamente, o que se explicaria porque não foi "senão com o surgimento da grande indústria que se estabeleceu em bases sólidas a divisão internacional do trabalho" (idem, pg. 20).

Nesta passagem podemos perceber que Marini admite a existência de uma economia mundial capitalista, em processo de formação desde o século XVI, e com a qual América Latina estaria "articulada", ainda que não plenamente. Assim, a América Latina não seria parte integrante da economia mundial; estava articulada com ela, de uma maneira frouxa, contingente, pelo menos até a primeira metade do século XIX.

Uma evidência de que esta interpretação decorre da firme decisão de fazer uma análise fundamentada em Marx é a citação, por Marini, ao fim da última frase que transcrevemos dele, da seguinte passagem do Manifesto Comunista: "A grande indústria

criou o mercado mundial já preparado pelo descobrimento da América". (MARX E ENGELS, 1988, p.11)9.

O sistema-mundo como unidade de análise

Na seção anterior mostramos que, embora supusesse ou intuísse a existência de um capitalismo mundial, de fato a unidade de análise de Marini era a economia nacional ou o conjunto formado por elas, neste caso, a América Latina, que é tida como uma generalização das situações particulares das nações que a compõem.

Qual a unidade de análise de Wallerstein? Ele nos diz que num dado momento de sua busca por uma unidade de análise coerente para entender a mudança social, resolveu abandonar

[...] definitivamente a idéia de tomar como unidade de análise tanto o Estado soberano como esse outro conceito ainda mais vago, a sociedade nacional. Decidi[u] que nenhum dos dois era um sistema social e que somente se podia falar de mudanças sociais em sistemas sociais. E neste esquema o único sistema social era o sistema mundo (grifos nossos, WALLERSTEIN, 1999, p.12).

Ante as dificuldades implícitas nesta tarefa pioneira, Wallerstein tentou "descrever o sistema mundial a um certo nível de abstração, o da evolução das estruturas da totalidade do sistema" (p.14). Nesta empreitada, os acontecimentos particulares – como por exemplo, o que pudesse estar acontecendo na América Latina – seriam tratados "somente na medida em que iluminassem o sistema como exemplos típicos de algum mecanismo, ou na medida em que fossem pontos decisivos cruciais em alguma mudança institucional de primeira ordem" (p. 12).

E ao descrever este sistema em seu desenvolvimento histórico, o autor tinha um plano de exposição em quatro volumes¹⁰ que corresponderiam às quatro épocas fundamentais de seu objeto¹¹. Os subtítulos de cada um dos três volumes de *O moderno*

Sistema Mundial revelam a periodização final adotada pelo autor: Volume I: A agricultura capitalista e as origens da economia mundo européia no século XVI; Volume II: o mercantilismo e a consolidação da economia-mundo européia, 160-1750; Volume III: a Segunda era de grande expansão da economia-mundo capitalista, 1730-1850.

Foi entre 1450-1640, período que Fernand Braudel denomina o longo século XVI, que se formou "uma economiamundo européia baseada no modo de produção capitalista", a qual, ao final deste período, incluía

[...]certas regiões das Américas: Nova Espanha, as Antilhas, Terra Firme, Perú, Chile, Brasil; ou melhor dizendo, aquelas partes destas regiões que estavam submetidas a um.controle administrativo efetivo por parte dos espanhóis ou dos portugueses" (WALLERSTEIN, 1974, I, p.93-95).

Estas regiões já estavam firmemente enquadradas na divisão do trabalho desta economia-mundo, divisão que era a um só tempo social (diferentes relações de trabalho) étnica e espacial: "escravidão e <feudalismo> na periferia, trabalho assalariado e auto emprego no centro e, (...) a parceria na periferia (...) . (p. 120).

Como um dos supostos básicos de Wallerstein é que o capitalismo só pode prosperar porque promove e recria constantemente a desigualdade, as áreas que correspondem a estas diversas formas de relações de trabalho configuram o centro, a semiperiferia e a periferia do sistema; os diferenciais de salários (decrescentes no sentido centro-periferia) funcionam como um canal de transmissão de riqueza no sentido periferia-centro.

Esperamos estar mostrando assim as diferenças entre os dois autores que estamos contrapondo. Ao contrário de Marini, (1986), para quem a articulação da América Latina com a economia mundial se realizou plenamente somente depois de 1840, Wallerstein (1974; 1987) considera que desde o século XVI as Américas (espanhola e portuguesa) já eram parte integrante da divisão do trabalho da economia-mundo capitalista européia.

A troca desigual

A troca desigual é importantíssima tanto para Marini como para Wallerstein. Marini (1986) inicia o tratamento do tema afirmando que "a inserção da América Latina na economia capitalista responde às exigências colocadas pela passagem dos países industriais à produção da mais-valia relativa." (p. 24). Depois de expor conceitualmente como, através da exportação de produtos primários, a América Latina contribui para superar, na Europa, a tendência à queda da taxa de lucro, Marini passa a tratar da troca desigual, que se manifesta como uma defasagem relativa entre as mercadorias exportadas (bens primários) e importadas (bens industriais) pela economia latino-americana.

Antes de iniciar sua explicação, nosso autor diz que é preciso afastar explicações simplistas para a troca desigual: a lei da oferta e da demanda, e o falseamento das leis mercantis por fatores políticos e militares. Estes últimos até jogam um papel, mas quem os considera determinantes ignora a existência de uma "base econômica que os torna possível" (p. 31). Explicações deste tipo, prossegue ele, "conduzem a ilusões sobre o que é realmente a exploração capitalista internacional" (p.31), porque, só foram cometidos abusos contra as nações não industriais porque elas eram economicamente débeis e não que tal debilidade se deve a que se abusou delas. Nesta argumentação percebe-se a primazia do econômico, e mais ainda, a vigilância constante para evitar qualquer interferência de variáveis explicativas políticas, culturais, etc. Insistimos que este foi o princípio metodológico seguido por Marx em O Capital.¹²

Para Wallerstein (1987), a suposição de um sistema econômico – basicamente o mercado – funcionando segundo leis próprias, à margem do sistema político faz parte da ocultação, pelo capitalismo histórico, do mecanismo da troca desigual. Para ele, a origem da troca desigual deve ser procurada nas diferenças – reais, em função da escassez ou artificialmente criados *manu militari* - entre preços e custos das mercadorias comercializadas entre as diversas regiões da economia-mundo. As mercadorias de

certas áreas (centro) conseguiam margens de lucro maiores, como se seus custos fossem mais altos, quando de fato não eram. Com as mercadorias das outras áreas (semiperiferia e periferia) acontece o contrário, isto é, preços mais baixos e custos reais mais altos. Assim, o comércio permite uma transferência de excedente para o centro. A persistência, e mesmo ampliação destes diferencias, não pode ser explicada sem a participação dos respectivos aparelhos de Estado (fortes no centro e fracos ou mesmo inexistentes na semiperiferia e na periferia¹³):

Dizemos que este processo [a persistência e ampliação dos diferenciais] é oculto. Isso significa que os preços reais sempre pareceram ser negociados num mercado mundial, na base de forças econômicas impessoais. O enorme aparato de força potencial (esporadicamente utilizado às claras, em guerras e na colonização) não precisava ser invocado a cada transação particular, para assegurar a desigualdade da troca. O aparato de força entrava em cena apenas e preferencialmente quando havia contestações significativas a um dado nível de troca desigual (WALLERSTEIN, 1985, p. 27-8).

Nesta citação vemos que, para Wallerstein, a troca desigual não é uma questão exclusivamente econômica como defende Marini.

Aceitando que as nações eram economicamente débeis, coloca-se a questão da origem desta debilidade. Para chegar a essas origens, precisamos recordar que antes de ser composta por Estados-nações o estatuto político desta região do globo era o de colônia. Como se sabe, na relação metrópole-colônia predominava a força. Mais ainda, independente da relação política que as metrópoles estabeleciam com a colônia havia já relações econômicas, as quais foram impostas pela superioridade militar dos conquistadores. Deste modo, a partir de 1492, foi pela força que os habitantes do espaço geográfico que depois passou a ser chamada de América Latina foram incorporados à divisão do trabalho da nascente economia-mundo capitalista européia. E esta incorporação, como mostra Wallerstein, foi uma incorporação subordinada, ou em suas palavras, a região foi colocada na condição

de periferia. E quando no século XIX, as mudanças na economiamundo capitalista levaram a mudanças na configuração política da região – que foi dividida em Estados-nação formalmente soberanos - o lugar da região na divisão mundial do trabalho já estava consolidado e não poderia ser alterado pela nova roupagem da organização política. Em suma, ao eleger como unidade de análise uma forma política - a nação - Marini ficou impedido de ver que as relações econômicas entre o novo e o velho mundo já vinham sendo tecidas desde 1492, como parte do processo de conformação da economia-mundo capitalista européia, que deve ser percebida como um todo estruturado do qual o novo mundo era parte constitutiva e inseparável. Embora possa parecer semelhante, é muito diferente a perspectiva analítica de Marini, que concebe a "economia latino-americana" como uma entidade em si mesma, ainda que ligada à economia capitalista mundial, como se vê na seguinte passagem: "compreender a especificidade do ciclo do capital na economia dependente latino-americana significa, por, tanto, iluminar o fundamento mesmo de sua dependência em relação à economia capitalista mundial (Marini, 1986, p.49).14

Para fechar o assunto dos abusos, se concordamos com Marini quando ele diz que as nações eram economicamente fracas e por isso sofreram abusos, não podemos fazê-lo quando afirma que esta debilidade econômica não tem origem numa inferioridade militar, pois esta afirmação implica ignorar toda a história da conquista espanhola e portuguesa no novo mundo, como também de outras nações européias nas demais regiões do globo.

A troca desigual, portanto, não pode ser entendida sem considerar o período colonial, mas Marini (1986)está metodologicamente impedido de atender a esta recomendação, uma vez que pretende oferecer uma explicação exclusivamente econômica, o que só é possível—no quadro teórico marxiano—a partir do momento em que capital industrial cria a forma de circulação que lhe é própria. Quando esta condição é satisfeita, os fenômenos da circulação podem ser analisados com os conceitos expostos por Marx em O Capital. Somente com a vigência da lei do valor e do trabalho assalariado é possível mostrar que a

troca desigual fundamenta-se numa transferência de mais-valia, o que vai exigir a superexploração do trabalhadores da economia dependente (como forma de compensar a parte da mais-valia transferida via troca desigual).

Esta escolha metodológica parece ser a causa de uma periodização histórica que menospreza as etapas anteriores à "revolução industrial" britânica que teria estabelecido o predomínio do capital industrial. No caso de Marx, que pretendia explicar a lógica interna do modo de produção capitalista sem referir-se-a não ser para ilustrar sua teoria-a nenhuma formação socioeconômica particular, faz sentido tomar o capitalismo industrial inglês como ponto de partida. Mas quando se trata de compreender uma formação social determinada nenhum período histórico pode ser considerado irrelevante.

Devemos esclarecer que não estamos interessados aqui em debater a validade da utilização, por Marini, das categorias marxianas para explicar relações econômicas não-capitalistas ¹⁵ ou mesmo o acerto com que esta aplicação é feita. Ou melhor, só nos interessa o método quando contribui para evidenciar a divergência de Marini com Wallerstein.

Um dos argumentos chaves de Marini é que "a produção latinoamericana não depende, para sua realização, da capacidade interna de consumo" (1985, p. 50), pois esta produção nasceu para suprir uma demanda externa (dos países industriais). É certo que desde 1492 a região esteve voltada para fora. No entanto, esta "dependência" de mercados externos não é uma exclusividade da América Latina e de outras regiões desvantajosamente inseridas na divisão do trabalho da economia-mundo capitalista. Na citação que faremos de Arrighi (1996) ver-se-á que a hegemonia mundial da Inglaterra dependia em proporções gigantescas de suas relações econômicas com outras nações:

[...] no plano internacional, o desenvolvimento da industria mecanizada deixou a economia interna inglesa numa dependência sem precedentes, não só das exportações, das quais ela já dependia por completo desde o século XIV, mas também das fontes estrangeiras de suprimentos essenciais.

Apesar de ainda ser auto-suficiente no abastecimento de gêneros alimentícios primários...)" (ARRIGHI, 1996, p.268, grifos nossos).

Mas a dependência não se resume a isto. Do mesmo modo que a economia latinoamericana, o capital inglês dependia de mercados externos para realizar a mais-valia:

Além disso, a redução dos custos unitários que sustentava a expansão da indústria algodoeira britânica dependia de modo crucial do aumento das vendas para mercados estrangeiros, inclusive especialmente os da Europa continental e dos Estados Unidos (...) Em suma, o ramo principal da "revolução industrial" britânica do fim do século XVIII foi, desde o começo, uma indústria global cuja competitividade e expansão contínua dependiam das economias externas proporcionadas pela obtenção de insumos e pela comercialização de produtos nos mercados estrangeiros (ARRIGUI, 1996, p. 269, grifos nossos).

Parece, portanto, que sobre o mito da revolução industrial foi construído, entre outros, ¹⁶ o mito da auto-suficiência ou independência da "economia inglesa", cujo reverso seria a dependência da "economia latino-americana" ¹⁷. Como se depreende da citação de Arrighi, e ao contrário do que pensa Marini, uma "economia industrial" não vê diminuir sua dependência externa, seja de fornecedores, seja de consumidores. Porém, Marini não pode conceber tal situação, pois está preso ao mito da "economia capitalista nacional" que seria possível com a indústria. Um dos supostos de sua análise é que "a economia exportadora constitui a etapa de transição a uma autêntica economia capitalista nacional, que só se configura quando emerge ali a economia industrial" (MARINI, 1986, p.82, grifos nossos).

Vemos assim que a dependência só pode ser concebida nos marcos de um pensamento que supõe a existência de uma economia nacional com um ciclo de capital próprio. Isto aconteceria quando a "economia dependente" se convertesse "em um verdadeiro centro produtor de capital, que traz incorporada sua fase de circulação – o que alcança sua maturidade ao constituir-se ali um setor industrial [...]" (p.85). Nas pegadas de Marx, para nosso autor somente com a indústria é que uma economia se torna verdadeiramente capitalista.

Temos tentado mostrar que a noção de dependência unicamente faz sentido nos marcos de um pensamento que concebe economias nacionais como unidades preexistentes e que num determinado momento estabelecem relações entre si. Porém, Marini não pensa exatamente assim. Ele intui que tais unidades isoladas não correspondem ao que ele mesmo observa. Não obstante, como mantém o conceito de dependência, não pode levar às últimas conseqüências ou não pode admitir explicitamente que o cerne do problema não é a dependência, mas a hierarquização. Contudo, ele vê que a "economia dependente se encontra inteiramente subordinada à dinâmica da acumulação nos países industriais" (p. 84, grifos nossos).

É a hierarquização existente na divisão mundial do trabalho, que se expressa na localização das atividades mais lucrativas em alguns países — sejam elas industriais, comerciais, de serviços ou financeiras-, e que estabelece e mantém a desigualdade na distribuição da renda mundial. Mas todas estas atividades são indispensáveis e, neste sentido, todos dependem de todos. Marini intuitivamente sabe disto, como se vê na passagem abaixo quando rebate a Fernando Henrique Cardoso que estaria supondo que, uma vez alcançada a etapa da mais-valia relativa, a mais-valia absoluta já não seria importante para a acumulação de capital. Pensar assim, diz Marini, é considerar que "as formas superiores da acumulação capitalista implicariam a exclusão de suas formas inferiores e se dariam independentemente destas." (p. 93, em itálico no original; grifos nossos)

No parágrafo seguinte, nosso autor diz que "as combinações de formas de exploração capitalista se levam a cabo de maneira desigual no conjunto do sistema, engendrando formações sociais distintas segundo o predomínio de uma forma determinada." (p. 93, em itálico no original)

Meditemos um pouco sobre estas afirmações. Na primeira se diz que as formas de exploração não podem dar-se independentemente umas das outras. Na segunda, que estas formas engendram formações sociais particulares. Ora, se as formas de exploração (que não são independentes) são levadas a cabo em formações sociais diferentes, conclui-se que também estas não são independentes umas das outras. Assim, o próprio Marini nos leva a concluir que a dependência não é uma característica particular de nenhuma economia.

Esta conclusão coincide perfeitamente com as colocações de Wallerstein e Arrighi para os quais as diferentes regiões da economia-mundo capitalista (centro, periferia e semiperiferia) diferenciam-se pela distribuição, espacialmente desigual, das múltiplas atividades econômicas. No centro predominam as atividades mais rentáveis, na periferia a menos rentáveis, enquanto a semiperiferia reuniria uma combinação delas. Poderíamos pensar que as mais rentáveis correspondem à mais-valia relativa e as menos rentáveis à mais-valia absoluta.

Conclusão

Esta breve leitura da Dialética da Dependência através das lentes da análise do sistema-mundo, permitiu-nos perceber que as diferenças entre os dois enfoques deve-se ao seguinte: 1) Marini pretende revelar ou descobrir as leis da economia, ou seja, tem um objetivo claramente teórico. Já Wallerstein pretende descrever o desenvolvimento do moderno sistema mundial em suas estruturas mais gerais. Marini quer fazer teoria, Wallerstein, história. Ou, mais precisamente, história pensada; 2) mesmo que não ignore nem recuse a existência de uma certa economia capitalista mundial, esta não é o objeto de estudo de Marini. Ele considera que o capitalismo mundial é formado por economias capitalistas que podem ser classificadas **como** dependentes e não-dependentes.

Também foi possível perceber que Marini não estabelece claramente a distinção entre sistema econômico e sistema político

pois, embora esteja estudando a economia dependente, define a dependência como "uma relação entre nações formalmente independentes".

Ao seguir fielmente o método empregado por Marx em O Capital, Marini foi levado a diminuir a importância do período colonial para o desenvolvimento posterior da América Latina. Já para Wallerstein, o capitalismo histórico ou a economia-mundo capitalista assentou seu desenvolvimento numa divisão do trabalho - que por sua vez é a origem da troca desigual - que se estabeleceu já no século XVI.

Por fim, nossa breve leitura comparativa nos permitiu concluir que somente uma perspectiva analítica que tenha as economias nacionais como unidade de análise pode conçeber que a dependência seja uma situação particular de qualquer nação. Como procuramos mostrar com o cotejo de algumas passagens do próprio autor, Marini vê dependência onde existe hierarquização. Em nossa opinião, na perspectiva sistêmica adotada por Wallerstein, a dependência entre as partes que compõem o sistema é inerente à própria noção de sistema.

Notas

- ¹ A CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) foi fundada em 1948 pela Nações Unidas para estudar os problemas de desenvolvimento da América Latina, isso "por um período de experiência de três anos, ao fim dos quais se decidiria por seu futuro" (Mallorquín, 1994, p.47) Como sabemos, a CEPAL continua existindo até os dias atuais.
- ² Getúlio Vargas talvez é o símbolo deste interesse o que certamente explica seu apoio decisivo à CEPAL, que sofria grande oposição do governo norteamericano' (Mallorquín, 1994)
- ³ Uma breve exposição do desenvolvimento deste debate ver Goldenstein (1994). Em Marini e Millán (1994) encontra-se uma extensa exposição sobre este mesmo tema.
- ⁴ Barreda Marín (1994) faz um bom apanhado tanto dos temas mais polêmicos quanto dos principais críticos do ensaio de Marini.
- 5 Estamos utilizando a 8 ed. (1986) publicada pela editora mexicana Era. Tradução própria.

- ⁶ Apesar desta suposição, Marx está ciente de que a história do capitalismo não começa com o capital industrial: "O comércio e o mercado mundiais inauguraram no século XVI a moderna história do capital" (O Capital, livro I, cap.IV).
- 7"A criação de oferta e procura favoráveis à expansão lucrativa da VOC (Companhia holandesas para o comércio com as Índias Orientais) implicou uma vasta gama de atos militares e conquistas territoriais." (Arrighi, 1996:158) Ações similares foram perpetradas pelo Estado Britânico, como no conhecido episódio da Guerra do Ópio movida contra o Império Chinês no início do século XIX. Também o governo dos EUA impôs, no bojo da reconstrução européia, que as empresas norte-americanas fossem consideradas como empresas européias.
- ⁸"Principalmente com sua produção de metais preciosos nos séculos XVI e XVII, mas sobretudo no século XVIII, graças à coincidência entre o descobrimento do ouro brasileiro e o auge manufatureiro inglês." (p.19)
- ⁹ Marx também influenciou Marini na adoção da perspectiva nacional. Embora estivesse estudando o capital em geral e também tivesse percebido que empiricamente o capital só se desenvolve com o mercado mundial, Marx ainda tem como referencial os "capitalismos nacionais", como se pode inferir de sua referência à Inglaterra.
- $^{\rm 10}$ O estudo do quarto período parece ter sido abandonado. Foram publicados somente três volumes.
- 11 1450-1640; 1840-1815; 1815-1917;1917 até o presente. Como se vê, as publicações não correspondem (salvo o 1 $^{\circ}$ volume) a estas épocas.
- 1º Segundo Oliveira (1997, p. 118/19), em O Capital Marx dicidiu "megulhar na própria lógica interna das categorias da Economia Política, visando fazer a crítica deste modo de produção a partir tão somente da reorganização lógica das categorias que viriam a revelar seu verdadeiro fundo coisificante da substância humana [...]
- ¹³A inexistência de estado configura a situação colinial.
- ¹⁴Contudo, pelo menos até 1973 (ano da publicação pela Editora Era do livro de Marini), o modo de produção capitalista não havia subordinado totalmente a economia latino-americana: "Somente progressivamente, e ainda hoje de maneira desigual, o modo de produção capitalista irá subordinado ao conjunto da economia" (p. 49).
- ¹⁵O próprio Marini está ciente desta dificuldade: " [...] o emprego de categorias que se referem á apropriação do trabalho excedente nos marcos de relações capitalistas não implica o suposto de que a economia exportadora latino-americana se dá já sobre a base da produção capitalista" (39). Ainda que mais adiante afirme que "a economia exportadora [...] é uma formação social baseada no mundo capitalista de produção [...]" (p. 53).

Ano 8, n. 15, jul./dez. 2004

16 Um destes mitos bem poderia ser a possibilidade de repetir por todos os lados uma rápida industrialização à qual se seguiria uma melhora consistente nos padrões de vida da população até atingir os níveis dos países industrializados. Para uma apreciação crítica do papel da industrialização na distribuição do valor adicionado mundial ver Arrighi (1997).

17 Para uma crítica do conceito de revolução industrial inglesa ver Wallerstein (1998 a; 1998 b).

Referência Bilbiográficas

ARRIGUI, Giovanni. O Longo Século XX. São Paulo: UNESP, 1996.

. A ilusão do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1997.

BARREDA MARÍN, Andrés. La Dialética de la dependencia y el debate marxista latinoamericano. In: MARINI, R.M e MILLÁN, N., (Coordinadores). La Teoria Social Latinoamericana: subdesarollo y dependencia, Tomo II. México: Caballito, 1994.

CARDOSO DE MELO, João Manuel. O Capitalismo Tardio. São Paulo, Brasiliense, 1990.

CARDOSO, Fernando H. e FALLETO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina - Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Guanabara, 1970.

GOLDENSTEIN, Lídia. Repensando a Dependencia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

MALLORQUÍN, Carlos. Lucha, poder y desencanto: los primeiros tiempos de Celso Furtado. In: MARINI, R.M. e MILLÁN, M. (Coordinadores). La Teoria Social Latinoamericana: subdesarollo y dependencia. Tomo II. México: Caballito, 1994.

MARINI, Rui Mauro. Dialéctica de la dependência. México: Era, 1973.

MARINI, Rui Mauro e MILLÁN, Márgara. La Teoria Social Latinoamericana: subdesarollo y dependencia, Tomo II. México:Caballito, 1994.

MARX, Karl e ENGELS, Friederich. O Manifesto Comunista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

OLEVEIRA, A.R. Marx e a liberdade. Porto Alegre: PUCRS, 1997.

OURIQUES, Nildo. Hacia una teoria marxista de la dependencia. In: MARINI, R.M e MILLÁN, M. (Coordinadores). La Teoria Social Latinoamericana: subdesarollo y dependencia, Tomo II. México: Caballito, 1994.

Uma crítica ao conceito de dependência a partir do conceito de economia-mundo Pedro Antônio Viera

OSORIO, Jaime. Fuentes e tendencias de la teoria de la dependencia. In: MARINI, R. M e MILLÁN, M. (Coordinadores). La Teoria Social Latinoamericana: subdesarollo y dependencia, Tomo II. México: Caballito. 1994.

WALLERSTEIN, Imannuel. O Capitalismo histórico. São Paulo: Brasiliense, 1985. . La crisis como transición. In: AMIN, S. et alli, Dinamica de la crisis global. México: Siglo Veintiuno, 1987. El Moderno Sistema Mundial. México: Siglo Veintiuno, v. III, 1998 a. Impensar las ciencias sociales. México: Siglo Veintiuno, 1998b. . El Moderno Sistema Mundial. México: Siglo Veintiuno, v. 1, 9ª edição,1999.